

# Diferenças e similaridades regionais no perfil de políticos nas câmaras municipais brasileiras: estudo das principais características de candidatos e eleitos por grandes regiões entre 2000 e 2020

**Simone Cristina Dufloth<sup>1</sup>, Max Melquiades da Silva<sup>2</sup>, Marcus Vinicius Chevitarese Alves<sup>3</sup>, Rafael Lara Mazoni Andrade<sup>4</sup>, Letícia Dufloth Bianchini<sup>5</sup>, Gabriel Luis Lisboa de Sousa<sup>6</sup>**

## Resumo

O artigo investiga diferenças ou similaridades regionais na evolução do perfil de candidatos e eleitos para as Câmaras Legislativas Municipais brasileiras entre os anos de 2000 e 2020. Buscou-se compreender melhor o perfil dos candidatos e eleitos para o cargo de vereador por diferentes regiões brasileiras, considerando aspectos como sexo, idade, instrução, ocupação e raça/cor. A metodologia, exploratória e descritiva, utilizou abordagem documental e bibliográfica, com destaque para dados do TSE, a

---

<sup>1</sup> Doutora com Pós-Doutorado em Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora e Professora da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (FJP). ORCID: 0000-0002-1963-7365. Email: simone.dufloth@fjp.mg.gov.br

<sup>2</sup> Doutor em Gestão e Organização do Conhecimento pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador e Professor da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (FJP). ORCID: 0000-0003-3372-8615. Email: max.silva@fjp.mg.gov.br

<sup>3</sup> Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Mestre em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (EG-FJP). Analista Legislativo e Pesquisador junto ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (CEFOP). Email: max.silva@fjp.mg.gov.br

<sup>4</sup> Doutorando em Geografia/Tratamento da Informação Espacial pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestre e Bacharel em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Pesquisador e Professor da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro. Email: rafaelmazoni13@gmail.com

<sup>5</sup> Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bacharel em Administração Pública pela Escolha de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (FJP). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. ORCID: 0000-0002-6704-9963. Email: letdufoth@gmail.com

<sup>6</sup> - Bacharel em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduando em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro. ORCID: orcid.org/0009-0005-8718-087X Email: gllisboad@gmail.com

fim de subsidiar análises estatísticas via SPSS. Os resultados indicam transformações no perfil de candidatos e eleitos, com algumas diferenças entre as regiões estudadas, como o aumento das candidaturas femininas e da presença de candidatos negros, especialmente na região Sul. Além disso, observa-se evolutivamente, no período analisado, um perfil predominante de eleitos com maior escolaridade e idade média mais alta.

**Palavras-chave:** Eleições Municipais; Poder Legislativo Municipal; Grandes Regiões Brasileiras; Câmaras Municipais Brasileiras; Perfil Regional de Candidatos e Eleitos.

### **Abstract**

This article investigates regional differences or similarities in the evolution of the profile of candidates and elected officials for the Brazilian Municipal Legislative Chambers between the years 2000 and 2020. We sought to better understand the profile of candidates and elected officials for the position of councilor in different Brazilian regions, considering aspects such as gender, age, education, occupation and race/color. The exploratory and descriptive methodology used a documentary and bibliographic approach, with emphasis on TSE data in order to support statistical analysis via SPSS. The results indicate changes in the profile of candidates and elected officials, with some differences between the regions studied, such as an increase in female candidacies and the presence of black candidates, especially in the South region. Furthermore, a predominant profile of elected officials with higher education and higher average age was observed during the period analyzed.

**Keywords:** Municipal Elections; Municipal Legislative Power; Large Brazilian Regions; Brazilian Municipal Chambers; Regional Profile of Candidates and Elected Members.

### **Introdução**

Ao longo das últimas décadas, a representação política em nível municipal no Brasil tem sido objeto de estudos e debates intensos, impulsionados por transformações institucionais e socioeconômicas significativas. A representação democrática no Estado Moderno pressupõe a existência de um espaço geográfico delimitado onde os cidadãos exercem seu poder de escolha dos representantes, destacando o papel central do território na seleção dos líderes políticos. Esse contexto ganha contornos específicos no Brasil, onde o sistema de representação proporcional de lista aberta é o modelo utilizado nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e, especialmente, Câmaras Municipais (Gelape, 2017).

A partir da Constituição de 1988, como ressaltado por Cervi e Borba (2019), os municípios brasileiros foram alçados à condição de ente federado, adquirindo autonomia política, administrativa e financeira. Essa descentralização institucional refletiu-se nas eleições locais, que passaram a ter um papel crucial na definição das políticas sociais, de desenvolvimento local e na prestação de serviços públicos. Essa mudança de paradigma político também foi evidenciada por Braga, Leine e Sabbag (2017), que destacam a variedade de fatores, como aspectos culturais, demográficos e socioeconômicos, que influenciam os resultados das eleições municipais e a representatividade dos vereadores.

Diante desse cenário, o presente artigo estuda as principais diferenças ou similaridades regionais na evolução do perfil de candidatos e eleitos para as câmaras legislativas municipais brasileiras entre os anos de 2000 e 2020. Mais especificamente, a pesquisa investiga o perfil dos candidatos e dos eleitos para o cargo de vereador, no que diz respeito ao sexo, idade, grau de instrução, ocupação e raça/cor, segundo o recorte temporal e espacial indicado, de forma a contribuir para o debate acadêmico sobre a democracia representativa e a política local no contexto brasileiro.

A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa é exploratória e descritiva, tendo como objetivo central examinar o perfil dos representantes eleitos para as câmaras legislativas municipais no Brasil entre os anos de 2000 e 2020. A pesquisa surge da ausência de estudos consolidados sobre esse tema e busca apresentar um panorama das características dos vereadores nesse período, incluindo sexo, raça, idade, nível educacional e ocupação. Para isso, foi utilizada pesquisa documental e bibliográfica, analisando artigos, livros e dados disponíveis na literatura, bem como informações fornecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre os vereadores eleitos e dados demográficos e socioeconômicos da população apta a votar. Realizaram-se análises estatísticas de dados obtidos a partir do portal do TSE para identificar padrões e semelhanças no perfil dos vereadores ao longo do período estudado. Para a análise estatística, utilizou-se a ferramenta SPSS - Data Analytics.

Além desta Introdução, o artigo está organizado em cinco seções. A primeira seção versa sobre as principais configurações e indicadores do Brasil e de suas regiões no intuito de refletir sobre semelhanças e diferenças que possam trazer melhor compreensão sobre

o perfil de candidatos e eleitos ao cargo de vereador nas eleições de 2000 a 2020. A terceira seção traz uma fundamentação teórica acerca da dinâmica eleitoral e a representação política nos municípios brasileiros e a quarta seção apresenta os resultados da pesquisa quantitativa e da análise estatística dos dados de perfil de candidatos e eleitos para o cargo de vereador nas eleições dos anos de 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020 no Brasil, oriundos das bases do TSE e desagregados por grandes brasileiras, contemplando semelhanças e diferenças neste perfil. A última seção do artigo conclui o estudo com os principais achados e reflexões sobre o tema.

### **Considerações sobre aspectos geográficos, educacionais, econômicos e sociais das grandes regiões brasileiras**

O Estado Brasileiro adota a federação como sistema de governo, configurado atualmente por 26 estados, 5.570 municípios e um distrito federal. O Federalismo foi adotado no Brasil com a instalação da República e, principalmente, com a promulgação da Constituição Federal de 1891. Além da divisão político-administrativa, em virtude de suas características naturais, as unidades da federação são agrupadas em cinco grandes regiões, principalmente (IBGE, 2023a).

Os dados do IBGE (2024) evidenciam a magnitude em termos de extensão territorial do Brasil, cujo território compreende 8.510.417.771 km<sup>2</sup>, o que o posiciona como o quinto maior país do mundo em termos de extensão territorial. A Tabela 1 destaca as principais características populacionais das regiões brasileiras.

**Tabela 1** - Características Populacionais e Extensão Territorial

Rótulos de Linha	Área territorial - km <sup>2</sup> [2022]	População estimada - pessoas [2022]	Área territorial - km <sup>2</sup> [2018] (%)	População estimada - pessoas [2022] (%)	Municípios
Norte	3.850.593,10	17.354.884	45,2%	8,5%	450
Centro-Oeste	1.606.354,09	16.289.538	18,9%	8,0%	467
Nordeste	1.552.175,42	54.658.515	18,2%	26,9%	1.794
Sudeste	924.558,34	84.840.113	10,9%	41,8%	1.668

Sul	576.736,82	29.937.706	6,8%	14,7%	1.191
-----	------------	------------	------	-------	-------

**Fonte:** Elaboração Própria a partir dos dados do IBGE

Em termos de extensão territorial, a região Norte se destaca, sendo a maior região brasileira, para a qual o IBGE (2024) apurou um total de 3.850.593,104 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 45,2% do território nacional. No entanto, em termos de população, o Norte é a segunda região menos povoada, contando com 17.354.884 habitantes, o que representa 8,5% da população brasileira.

O Centro-Oeste é a segunda maior região brasileira, com uma extensão territorial de 1.606.354,086 km<sup>2</sup>, isto é, 18,9% do território nacional. Em termos populacionais, é a região que possui o menor número de habitantes, contando com 16.289.538 pessoas, representando 8% da população nacional (IBGE, 2024).

Em termos de extensão territorial, o Nordeste apresenta 1.552.175,419 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 18,2% do território nacional. É a segunda região com o maior número de habitantes, 54.658.515 pessoas, 26,9% da população nacional (IBGE, 2024).

A região Sudeste conta com uma extensão territorial de 924.558,342 km<sup>2</sup>, ou seja, 10,9% do território nacional. Apesar de ser a segunda menor região brasileira, nela estão concentrados 84.840.113 habitantes, 41,8%, quase a metade da população nacional (IBGE, 2024).

A região Sul é a menor região brasileira, com 576.736,821 km<sup>2</sup> de extensão territorial, cerca de 6,8% do território nacional. Em termos populacionais, conta com 29.937.706 habitantes, sendo 14,7% da população nacional e a terceira região com o maior número de habitantes (IBGE, 2024).

## Principais características das grandes regiões brasileiras

### *Características educacionais*

De acordo com os dados da PNADC realizada no 2º trimestre de 2022, foi identificado que, à época da pesquisa havia 9,6 milhões de pessoas analfabetas no Brasil, o que correspondia a 5,6% da população. O Nordeste apresentou o maior número de analfabetos, totalizando 5,3 milhões, seguido pelo Sudeste com 2,1 milhões,

Norte com 0,9 milhões, Sul com 0,7 milhões e Centro-Oeste com 0,5 milhões (IBGE, 2022).

De acordo com dados do Inep (2022), em 2019, o percentual de crianças de 4 e 5 anos que frequentavam escola ou creche no Brasil era de 94,1%, sem nenhuma Grande Região ou Unidade da Federação ter concluído a meta da universalização e com importantes desigualdades regionais observadas. De acordo com o Cartograma 1, enquanto estados como do Piauí e do Rio Grande do Norte atingiram 99,1% e 98,0%, respectivamente, os Estados do Amapá e do Acre encontravam-se abaixo de 80%. Em outras palavras, mais de 1 / 5 das crianças de 4 a 5 anos nessas duas Unidades da Federação estavam fora da escola ou creche em 2018, distanciando a Região Norte (88,2%), mais do que as demais regiões do País, do alcance da meta 1 do PNE, seguida de perto da região Centro-Oeste com 89,6%. As regiões Sul, Sudeste e Nordeste apresentam o maior potencial de cobertura, com 93,5%, 95,2% e 96,7% respectivamente (IBGE, 2024).

### *Características econômicas*

A partir de dados de indicadores econômicos fornecidos pelo IBGE, observa-se uma complexidade econômica marcada por diferenças significativas nos setores industrial, agrícola e de serviços, refletidas também no Produto Interno Bruto (PIB) de cada uma das grandes regiões. Ao analisar os dados do PIB por região em 2021, é possível observar que o Sudeste se destaca com uma participação de 52,3%, seguido pelo Sul com 17,31%, Nordeste com 13,79%, Centro-Oeste com 10,34% e Norte com 6,26% (IBGE, 2023b). Essa distribuição reflete a concentração de atividades econômicas no Sudeste, especialmente nos setores industriais e de serviços, que contribuem significativamente para o PIB nacional.

No que diz respeito à produção industrial, o Sudeste lidera com um valor bruto de produção de R\$ 2,8 trilhões em 2021, seguido pelo Sul com R\$ 1,1 trilhões, Nordeste com R\$ 469,1 bilhões, Centro-Oeste com R\$ 399,5 bilhões e Norte com R\$ 374,1 bilhões. Esses números destacam a influência da região Sudeste no cenário industrial do país, enquanto outras regiões têm contribuições mais modestas nesse setor (IBGE, 2021).

No setor de serviços, a ordem de valores de produção tende a se manter entre as regiões, com o Sudeste liderando com uma receita bruta de serviços de R\$ 1,5 trilhões em 2021, seguido pelo Sul com R\$ 347,4 bilhões, Nordeste com R\$ 230,8 bilhões, Centro-Oeste com R\$ 184,5 bilhões e Norte com R\$ 63 bilhões. Esses números demonstram que o Sudeste mantém uma posição de destaque também nos serviços, mas com contribuições relativas mais significativas de outras regiões (IBGE, 2021).

Por fim, no setor agrícola a distância entre os valores de produção entre as regiões tende a reduzir novamente, uma vez que os dados de produção na agroindústria rural em 2017 mostram o Sudeste liderando com um valor de produção de R\$ 4.7 bilhões, seguido pelo Nordeste com R\$ 3.2 bilhões Centro-Oeste com R\$ 2.8 bilhões, Sul com R\$ 2.3 bilhões e Norte com R\$ 1.8 bilhões (IBGE, 2017).

### *Características sociais*

Segundo os dados do IPEA (2016), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2010 foi de 0,766 na região Sudeste, destacando-se como a melhor entre as regiões brasileiras naquele ano. Nesse mesmo ano, a região Centro-Oeste apresentou um IDH de 0,757, seguida pela região Sul com 0,754. As regiões Norte e Nordeste registraram os menores índices, com 0,667 e 0,663, respectivamente. De acordo com o IPEA (2016), esses valores evidenciaram em todas as regiões brasileiras médio ou alto Desenvolvimento Humano. A pesquisa do IPEA (2016) também revelou uma queda significativa na desigualdade entre as regiões brasileiras entre 2000 e 2010, em comparação com os resultados de 1991 e 2000. Em 1991, a diferença entre a região com o IDHM mais alto e a com o mais baixo era de 0,156, aumentando para 0,160 em 2000. No entanto, em 2010, essa diferença diminuiu para 0,103, evidenciando uma redução das desigualdades regionais nesse período.

Segundo dados do IBGE (2022), do total de 214,2 milhões de pessoas residentes no Brasil em 2022, 143,1 milhões (62,6%) possuíam algum tipo de rendimento. A Região Sul (67,0%), apresentou o maior percentual de pessoas que recebiam algum tipo de rendimento, enquanto as Regiões Norte e Nordeste, os menores (55,9% e 59,0%, respectivamente). A Região Sul apresentou o

maior percentual de pessoas com rendimento efetivamente recebido de todos os trabalhos (49,2%) e o segundo maior percentual com rendimento proveniente de outras fontes (24,3%). Por sua vez, a Região Nordeste registrou o menor percentual de pessoas com rendimento efetivamente recebido de todos os trabalhos (36,8%) e o maior percentual daquelas que recebiam de outras fontes (28,7%).

De acordo com o estudo do IBGE (2023c), foi identificada uma maior informalidade no mercado de trabalho nas Regiões Norte e Nordeste. Os dados de 2022 revelaram que a proporção de trabalhadores em ocupações informais atingiu 60,1% na Região Norte e 56,9% na Região Nordeste. Em contrapartida, as Regiões Sudeste e Sul mostraram proporções de, respectivamente, 34,4% e 27,7%, enquanto a Região Centro-Oeste (38,7%) ficou próxima da média nacional (40,9%). No mesmo ano, Maranhão, Pará e Amazonas foram identificados como as Unidades da Federação com os maiores percentuais de ocupações informais, enquanto as três Unidades da Federação da Região Sul registraram as menores proporções.

Esse breve panorama sobre as principais configurações e indicadores brasileiros desagregados nas cinco regiões do Brasil busca a partir de suas diferenças e/ou semelhanças elementos que possibilitem entender melhor os perfis de candidatos e eleitos para o cargo de vereador nas eleições de 2000 a 2020.

## **A dinâmica eleitoral e a representatividade regional brasileira**

A representação política nos municípios brasileiros é um reflexo das múltiplas variáveis que compõem o tecido social e político do país. Diante dessa multiplicidade de fatores, destaca-se a importância de compreender as nuances socioculturais, econômicas e institucionais que permeiam as eleições municipais, influenciando diretamente a dinâmica eleitoral, a representatividade nos cargos legislativos locais e preferências do eleitorado (Arquer, 2018).

Além disso, segundo Arquer (2018), as instituições, como o sistema eleitoral e o sistema de partidos, desempenham um papel fundamental na determinação do comportamento dos eleitores e na volatilidade eleitoral. Nesse contexto, vale ressaltar que, enquanto países com maior desenvolvimento humano e econômico tendem a ter sistemas partidários mais estáveis, aqueles que apresentam

perturbações econômicas e fragilidades institucionais frequentes podem apresentar uma maior volatilidade eleitoral. A estabilidade dos sistemas partidários em países com maior desenvolvimento humano e econômico pode estar vinculada a vários fatores. Primeiro, em sociedades mais desenvolvidas onde se tem maior acesso à educação, há uma tendência a se gerar eleitores mais informados e conscientes de suas escolhas políticas. Isso pode contribuir para a formação de partidos políticos mais sólidos, que representam interesses consistentes da população ao longo do tempo. Além disso, economias estáveis que oferecem um ambiente propício para o desenvolvimento de políticas públicas eficientes fortalecem a confiança da população nas instituições políticas. Essa confiança reduz a necessidade de mudanças drásticas ou frequentes na escolha dos partidos, contribuindo para uma maior previsibilidade e continuidade nos resultados eleitorais. Por outro lado, em contextos que enfrentam perturbações econômicas e fragilidades institucionais frequentes podem ser vivenciadas crises que desestabilizam a sociedade, gerando descontentamento entre os eleitores. Esses descontentamentos podem levar a mudanças nas preferências eleitorais, resultando em uma maior volatilidade eleitoral.

Segundo Braga (2006) e Figueiredo (2008), municípios pequenos tendem a ter eleitores mais homogêneos, com menos segmentação e maior concordância nas demandas, resultando em menor volatilidade eleitoral. Em contraste, grandes populações são mais heterogêneas, com grupos e interesses diversos, o que pode aumentar a variação nas preferências eleitorais. Contudo, Arquer (2018) destaca também que essas dinâmicas se refletiram nas eleições brasileiras para vereadores, e que a volatilidade tendeu a ser maior em municípios pequenos e médios, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, entre os anos de 1982 e 2002, devido ao processo mais lento de instauração do pluripartidarismo.

Portanto, essa volatilidade eleitoral também está relacionada às mudanças nas bases de representação política. Um estudo sobre o perfil da elite política local destacou que os vereadores percebem suas bases eleitorais como múltiplas, envolvendo movimentos sociais, bases territoriais, sindicatos e grupos profissionais (Martins e Kerbauy, 2017). Nesse sentido, a diversidade de bases eleitorais reflete a complexidade das demandas e interesses locais que os vereadores precisam gerenciar. Porém, cabe destacar que

a representatividade não se limita apenas à diversidade das bases eleitorais, mas também à capacidade de resposta e transparência das gestões municipais. Estudos sobre transparência pública municipal mostram que há variações significativas entre as regiões do Brasil, com municípios do Norte, Nordeste e Sudeste apresentando os piores índices de transparência (Fenner et al., 2019). A transparência, por sua vez, está ligada à participação eleitoral e ao interesse político dos cidadãos, bem como à probabilidade de reeleição dos governantes (Nascimento, 2021).

Outro fator importante a ser considerado é a dinâmica da elite política local, que passa por transformações e fluxos que renovam a estrutura das lideranças nos municípios. A mobilidade regional entre as elites políticas locais tem aumentado, com líderes políticos originários de diferentes regiões do país ocupando cargos nos municípios (Crespo; Peixoto, 2018). No entanto, persistem desafios quanto à representatividade descritiva das elites parlamentares em relação à estrutura social e às bases eleitorais.

Diante desse cenário, é fundamental a ampliação de estudos que busquem melhor compreender as dinâmicas eleitorais nos municípios brasileiros, especialmente no contexto das eleições para vereadores. A representatividade efetiva depende não apenas da diversidade das bases eleitorais e da mobilidade regional das elites políticas, mas também da transparência, participação cidadã e capacidade de resposta das gestões municipais às demandas locais. A interação entre esses fatores influencia o cenário político e a dinâmica eleitoral em cada região do país, condicionando diretamente a representação e a governança nos níveis municipais.

### **Semelhanças e diferenças no perfil de candidatos e eleitos para o cargo de vereador nas regiões, nas eleições dos anos de 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020 – apresentação dos resultados da pesquisa**

A presente seção apresenta os resultados da pesquisa quantitativa e da análise estatística sobre o perfil dos candidatos e eleitos para o cargo de vereador nas eleições de 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020 no Brasil. Os dados, extraídos das bases do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram desagregados por grandes regiões brasileiras. A análise visou examinar e comparar as características

dos candidatos e eleitos ao longo desses anos, buscando identificar possíveis padrões de semelhanças e diferenças nos perfis eleitorais de candidatos e eleitos por regiões brasileiras. O estudo forneceu uma visão panorâmica das características sexo, raça, nível de instrução, idade e ocupação declarada de candidatos e eleitos ao cargo de vereador de forma a revelar a configuração do cenário eleitoral municipal ao longo das últimas duas décadas.

### *Perfil de Sexo dos candidatos e eleitos para o cargo de vereador*

Conforme se observa na Tabela 2, ao longo das seis eleições para vereadores ocorridas entre os anos de 2000 e 2020 no Brasil, houve um aumento significativo do número de mulheres candidatas, especialmente a partir da eleição de 2012. Esse aumento pode ser atribuído em grande parte à Lei nº 12.034/2009, que inseriu na legislação eleitoral, especificamente na Lei nº 9.504/1997, a medida de cotas de gênero para candidaturas aos cargos legislativos em todos os níveis do governo.

Além disso, a Tabela 2 evidencia que o número de candidatas em 2020 quase dobrou em relação ao número de candidatas em 2000 em todas as regiões brasileiras. A mesma Tabela aponta o salto nas candidaturas das mulheres entre as eleições de 2008 e 2012 e o importante aumento de representação na disputa entre as eleições de 2000 e 2020, passando a representar em torno de 35,0% das candidaturas na última eleição.

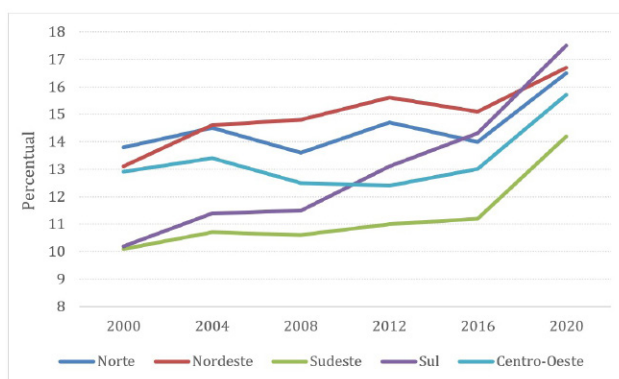
**Tabela 2** - Proporção de candidatas ao cargo de vereador, nas Grandes Regiões, nas eleições dos anos de 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020

Eleição (ano)	Norte (%)	Nordeste (%)	Sudeste (%)	Sul (%)	Centro-Oeste (%)
2000	20,5	18,6	19,5	18,3	19,8
2004	22,4	21,8	22,7	21,1	22,3
2008	22,4	21,8	22,3	21,0	21,9
2012	31,5	31,4	32,2	32,1	31,7
2016	32,3	32,3	32,4	33,1	32,7
2020	35,0	34,1	34,4	35,6	35,3

**Fonte:** Elaboração Própria

O desempenho das mulheres nas disputas para vereança demonstrou melhora ao longo das últimas eleições, entretanto, não na mesma intensidade em que o aumento do volume de candidaturas. Os resultados apresentados no Gráfico 1 detalham essas informações.

**Gráfico 1** - Proporção de eleitas ao cargo de vereador, nas Grandes Regiões, nas eleições dos anos de 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020



**Fonte:** Elaboração Própria. Dados da pesquisa

Conforme se observa no Gráfico 1, no período de análise aumentou a participação em todas as grandes regiões, mas de forma distinta. No Sul, Sudeste e Nordeste, já havia uma tendência de crescimento da representação de vereadoras, com destaque para a primeira. Em duas décadas, a região Sul, que tinha uma das menores proporções (cerca de 10,0%), passa a se destacar com a maior bancada de mulheres no país (17,5%). Por outro lado, no Centro-Oeste e Norte, a proporção de vereadoras pouco se alterou no período, aumentando apenas na eleição de 2020, conforme demonstra o Gráfico 1.

### Perfil da Raça/Cor dos Candidatos e Eleitos para o Cargo de Vereador

Como se observa na Tabela 3, a seguir, a tendência geral de aumento do número de candidatos negros, em relação aos brancos, foi observada em todas as regiões brasileiras, com destaque para o

Sul, com um aumento de 28,1% entre 2016 e 2020. No entanto, a Tabela 3 revela que é a região que apresenta a mais baixa participação de negros na composição de candidatos segundo raça/cor no país: em 2016, os negros representavam 13,9% do total de candidatos, passando para 17,8% em 2020.

**Tabela 3** - Proporção de candidatos e eleitos a Vereador negros, Grandes Regiões, 2016 e 2020

Eleição (ano)	Norte (%)	Nordeste (%)	Sudeste (%)	Sul (%)	Centro-Oeste (%)
Candidatos					
2016	78,3	70,7	38,7	13,9	55,5
2020	79,3	73,0	42,7	17,8	58,5
Eleitos					
2016	73,5	63,7	30,7	7,7	49,6
2020	75,7	66,5	34,3	10,5	53,3

**Fonte:** Elaboração Própria

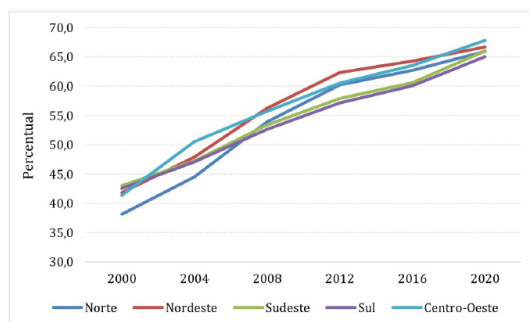
Como pode ser observado na Tabela 3, o aumento relativo de candidatos negros também se deu nas demais regiões. A participação é bastante expressiva no Norte e no Nordeste, embora ainda seja baixa no Sul e no Sudeste. De certa forma, a composição dos eleitos, segundo cor/raça, guarda relação com a composição dos candidatos, apesar de sempre apresentarem proporções inferiores, significando menor sucesso eleitoral dos candidatos negros frente aos brancos

### **Perfil do Nível de Instrução dos Candidatos e Eleitos para o Cargo de Vereador**

O presente estudo analisou também a distribuição relativa do número de candidatos a vereador por nível de instrução, por grandes regiões, de modo a buscar compreender especificidades regionais. Um ponto a se destacar é o fato de os perfis dos candidatos serem muito parecidos e, conseqüentemente, muito próximos da média nacional apresentada acima, tanto no que diz respeito à composição quanto ao patamar e evolução. Como exemplo, o Gráfico 2 retrata a evolução da proporção de candidatos com ensino médio

ou mais nos pleitos considerados, revelando como foi significativo o aumento desse grupo no total de candidatas.

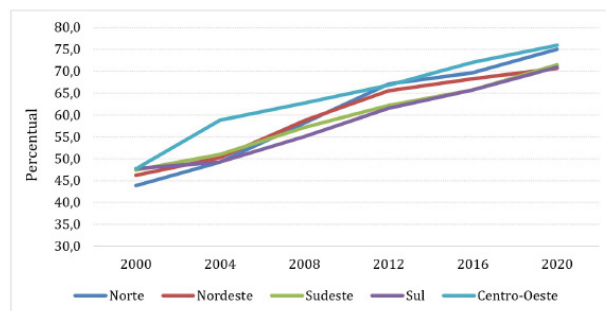
**Gráfico 2** - Proporção de candidatas ao cargo de vereador com ensino médio ou mais, nas Grandes Regiões, nas eleições dos anos de 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020



Fonte: Elaboração Própria.

A partir do Gráfico 3, verifica-se progressivamente, a cada eleição, e em todas as regiões brasileiras, uma maior chance de sucesso eleitoral para candidatas com ensino médio ou mais. Os vereadores eleitos apresentam, em média, um nível de escolaridade mais elevado e ascendente ao longo do período, como aponta o Gráfico 3.

**Gráfico 3** - Proporção de eleitos ao cargo de vereador com ensino médio ou mais, nas Grandes Regiões, nas eleições dos anos de 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020

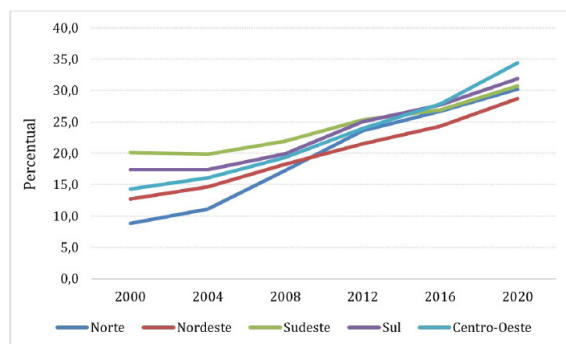


Fonte: Elaboração Própria.

Conforme o Gráfico 3, em 2000, entre 44,0% e 48,0% dos eleitos tinham ensino médio ou mais, enquanto vinte anos depois, esses estão entre 71,0% e 76,0% dos eleitos. Em todas as regiões, aqueles com ensino médio completo ainda prevalecem.

O Gráfico 4, a seguir, demonstra a proporção de eleitos ao cargo de vereador nas eleições brasileiras entre os anos de 2000 a 2020.

**Gráfico 4** - Proporção de eleitos ao cargo de vereador com ensino superior completo, nas Grandes Regiões, nas eleições dos anos de 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020



**Fonte:** Elaboração Própria.

Segundo o Gráfico 4, a exemplo da média nacional, vem crescendo significativamente a proporção de vereadores eleitos com nível superior completo em todas as regiões.

### **Perfil da Idade dos Candidatos e Eleitos para o Cargo de Vereador**

A idade mínima para ocupar o cargo de vereador no Brasil é de 18 anos, segundo a Constituição de 1988 (BRASIL, 2016), condição esta que deve ser aferida na data-limite para o registro de candidatura. No outro extremo, não há legislação que determine a idade máxima para concorrer e ocupar qualquer cargo eletivo. Os resultados sobre idade média de candidatos e eleitos ao cargo de vereador apresentados na Tabela 4, segundo as regiões, apontam similaridades à média nacional, quais sejam: concentração de candidatos e eleitos nos grupos etários de 30 a 60 anos, aumento

da idade média de ambos ao longo das eleições analisadas e idade média dos eleitos inferior à média dos candidatos.

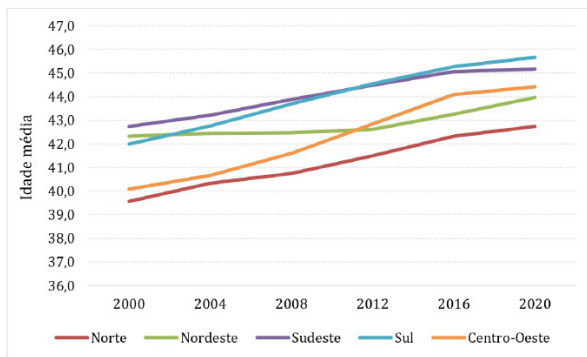
**Tabela 4** - Idade média dos candidatos e eleitos ao cargo de Vereador, Brasil e Grandes Regiões, 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020

Especificação	2000	2004	2008	2012	2016	2020
Candidatos						
Brasil	42,8	43,0	43,8	44,1	44,5	45,3
Norte	41,0	41,4	41,8	41,9	42,1	43,0
Nordeste	42,7	42,4	42,8	42,7	43,1	43,9
Sudeste	43,4	43,7	44,8	45,2	45,6	46,4
Sul	43,0	43,5	44,5	45,3	45,6	46,3
Centro-Oeste	41,4	41,7	42,9	43,4	43,9	44,8
Brasil	42,0	42,4	43,0	43,5	44,2	44,6
Norte	39,6	40,3	40,7	41,5	42,3	42,7
Nordeste	42,3	42,5	42,5	42,6	43,3	44,0
Sudeste	42,7	43,2	43,9	44,5	45,1	45,2
Sul	42,0	42,8	43,7	44,6	45,3	45,7
Centro-Oeste	40,1	40,7	41,6	42,8	44,1	44,4

**Fonte:** Elaboração Própria.

Como pôde ser observado na Tabela 4, as idades médias são um pouco maiores para Sul e Sudeste, e inferiores no Norte. O Gráfico 5, a seguir, ilustra essas diferenças e deixa mais claro o aumento da idade média dos eleitos ao longo dos anos.

**Gráfico 5** - Idade média dos eleitos ao cargo de vereador, Grandes Regiões, nas eleições dos anos de 2000 e 2020



**Fonte:** Elaboração Própria.

Esse aumento identificado pelo Gráfico 5 pode, dentre outros fatores, sinalizar a continuidade dos mesmos políticos por meio de reeleição.

## Perfil da Ocupação dos Candidatos e Eleitos para o Cargo de Vereador

A análise dos dados das ocupações de candidatos e eleitos ao cargo de vereador nas cinco grandes regiões brasileiras, nos pleitos de 2000 a 2020 resultantes da presente pesquisa estão consolidadas nas Tabelas 5 a 9. Este estudo permitiu identificar que as ocupações declaradas mais comuns entre os candidatos variam pouco entre as regiões brasileiras.

Como se pode verificar na Tabela 5, as ocupações mais frequentemente declaradas pelos candidatos ao cargo de vereador para a região Norte e identificadas nesta pesquisa foram Agricultores, Comerciantes e Servidores Públicos Municipais. Já no que se refere às ocupações declaradas pelos eleitos para a região Norte, a predominância é da ocupação “Vereador”, o que pode reforçar a ideia da profissionalização de políticos que se estabelecem na vereança e tendem a se reconduzir no cargo por meio de reeleição. A proporção das cinco principais ocupações de candidatos e eleitos para as Câmaras Municipais da região Norte, entre os anos de 2000 e 2020, está apresentada na Tabela 5.

**Tabela 5** - Proporção de candidatos e eleitos a vereador segundo as cinco principais ocupações, no Norte, 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020

Candidatos		Eleitos	
Ocupação	Percentual	Ocupação	Percentual
Agricultor	13,4	Vereador	21,1
Comerciante	6,4	Agricultor	11,3
Servidor Público Municipal	6,6	Servidor Público Municipal	7,1
Vereador	4,6	Comerciante	6,8
Dona de Casa	3,5	Empresário	2,8
Total	34,5	Total	49,2

**Fonte:** Elaboração Própria.

Na Tabela 5, observa-se que o percentual de eleitos que se declaram Vereadores na região Norte é superior a 20%, o que não acontece em outras grandes regiões.

Já na região Nordeste, representada na Tabela 6, embora não tenha alcançado o percentual de 20%, apresenta a segunda maior proporção de eleitos que se declaram “Vereadores”. Também se verifica uma outra semelhança entre essas duas regiões: a ocupação “Agricultor” ocupa o segundo lugar entre os eleitos e o primeiro lugar entre os candidatos.

**Tabela 6** - Proporção de candidatos e eleitos a vereador segundo as cinco principais ocupações, no Nordeste, 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020

Candidatos		Eleitos	
Ocupação	Percentual	Ocupação	Percentual
Agricultor	15,2	Vereador	18,4
Comerciante	8,0	Agricultor	16,4
Servidor Público Municipal	5,8	Comerciante	8,3
Vereador	4,9	Servidor Público Municipal	5,6
Dona de Casa	2,6	Empresário	2,2
Total	36,4	Total	51,0

**Fonte:** Elaboração Própria.

Já no que se refere à região Sudeste, a Tabela 7 revela que a ocupação de mais destaque entre os candidatos ao poder legislativo municipal foi a de “Comerciante”, o que também se verificou na região Centro-Oeste apresentada na Tabela 8. Nota-se que a região Sudeste foi a única em que a ocupação “Agricultor” não ocupou uma posição de destaque, ficando em quinto lugar. Também foi a única região em que a ocupação “Servidor Público Municipal” foi a segunda mais expressiva.

**Tabela 7** - Proporção de candidatos e eleitos a vereador segundo as cinco principais ocupações, no Sudeste, 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020

Candidatos		Eleitos	
Ocupação	Percentual	Ocupação	Percentual
Comerciante	8,6	Vereador	15,8
Servidor Público Municipal	7,2	Servidor Público Municipal	9,5
Dona de Casa	4,3	Comerciante	9,3
Empresário	3,7	Agricultor	7,2
Agricultor	4,9	Empresário	3,2
Total	28,8	Total	45,0

**Fonte:** Elaboração Própria.

A região Centro-Oeste se destaca, conforme a Tabela 8 a seguir, pela ocupação de Comerciante como sendo a primeira entre os candidatos e a segunda entre eleitos, o que não se observa em nenhuma outra grande região.

**Tabela 8** - Proporção de candidatos e eleitos a vereador segundo as cinco principais ocupações, no Centro-Oeste, 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020

Candidatos		Eleitos	
Ocupação	Percentual	Ocupação	Percentual
Comerciante	8,7	Vereador	18,0
Agricultor	6,4	Comerciante	9,5
Servidor Público Municipal	6,2	Servidor Público Municipal	8,0
Dona de Casa	4,7	Agricultor	6,0
Vereador	4,6	Empresário	4,4

Total	30,6	Total	45,8
-------	------	-------	------

**Fonte:** Elaboração Própria.

Por fim, como demonstrado pela Tabela 9, a região Sul apresenta uma característica diferente das demais: a ocupação “Agricultor” foi a de mais destaque tanto entre candidatos quanto eleitos. Foi a única região em que a ocupação “Vereador” não se encontra entre as cinco principais ocupações declaradas entre candidatos. Além disso, observa-se, nessa região, o mais baixo percentual de eleitos declarados “Vereadores” comparativamente às outras regiões, tendo a referida proporção sido inferior a 10%.

Como se observa na Tabela 9, comparativamente com as Tabelas anteriores, em quatro das cinco grandes regiões brasileiras, a ocupação declarada de “Vereador” foi identificada com maior proporção de declaração entre os eleitos, exceto na região Sul, onde a ocupação de maior destaque foi “Agricultor”

**Tabela 9: Proporção** de candidatos e eleitos a vereador segundo as cinco principais ocupações, no Sul, 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020

Candidatos		Eleitos	
Ocupação	Percentual	Ocupação	Percentual
Agricultor	13,5	Agricultor	19,3
Empresário	7,9	Vereador	9,4
Servidor Público Municipal	7,1	Servidor Público Municipal	8,9
Comerciante	6,2	Comerciante	7,8
Aposentado (exceto funcionário público)	3,9	Empresário	5,8
Total	38,6	Total	51,2

**Fonte:** Elaboração Própria.

Os dados mostram que a ocupação de Vereador tem uma proporção significativamente maior entre os eleitos do que entre os candidatos em todas as regiões, indicando uma preferência dos eleitores por candidatos com experiência política prévia. Contudo, de maneira geral, no que se refere às ocupações dos vereadores eleitos, observam-se diferenças marcantes entre as regiões. Nesse sentido, nas regiões Norte e Nordeste a presença de Agricultores

entre os eleitos é notavelmente alta em comparação com outras regiões. Enquanto no Sudeste, comerciantes e servidores públicos municipais se destacam em ambas as condições, aumentando suas proporções entre os eleitos em relação às dos candidatos. Por outro lado, observa-se uma pequena diminuição na proporção de empresários entre os eleitos na região. A região Sul recebe destaque pela maior proporção de Agricultores e Empresários eleitos dentre as demais regiões, destacando que, no caso dos Agricultores, a proporção de eleitos aumenta em relação à dos candidatos. Por outro lado, no Centro-Oeste, os Comerciantes são mais representativos entre os eleitos, enquanto a proporção de Agricultores diminuiu em relação à dos candidatos.

A partir dos resultados aqui apresentados, sugere-se que diferenças ou semelhanças identificadas possam estar relacionadas às características de cada região em termos das atividades econômicas predominantes de cada região ou da proporção de áreas urbanas e rurais, além de extensão geográfica, características climáticas, aspectos culturais e regionais, bem como nível educacional da população, nível tecnológico e acesso a tecnologias e informações e demais características sociais e políticas que impactam o comportamento da população em relação ao contexto político local e regional. Essas nuances se revelam por meio dos indicadores extraídos da presente pesquisa sobre análise do perfil de candidatos e eleitos ao poder legislativo municipal e instiga reflexões e questões que merecem aprofundamento. Esse campo de estudos direcionado ao contexto político local ainda carece de ampliação e aprofundamento de forma que se espera que o presente estudo, apesar de não esgotar o assunto, possa provocar novas iniciativas de pesquisa.

## **Conclusão**

Diante dos resultados obtidos e das tendências observadas ao longo dos pleitos analisados, pode-se verificar algumas semelhanças e diferenças regionais nos perfis dos candidatos e eleitos para as Câmaras Legislativas Municipais brasileiras no decorrer das eleições ocorridas entre 2000 e 2020. Essas mudanças refletem a diversidade e complexidade da sociedade e da política brasileiras, o que revela a necessidade contínua de monitoramento e análise dos processos eleitorais e políticos de maneira regionalizada,

para contribuir para uma melhor compreensão da representação democrática.

Com relação ao perfil de gênero, observou-se um aumento significativo da participação de mulheres como candidatas ao cargo de vereadoras ao longo das últimas seis eleições, especialmente a partir de 2012, em decorrência da introdução da “cota de gênero” pela Lei nº 12.034/2009. Esse fator, impulsionado por alterações na legislação eleitoral, traz evidências de que os instrumentos normativos podem influenciar o perfil dos políticos e possibilitar disputas mais equânimes com foco na representação de diversos segmentos da sociedade brasileira. Apesar do crescimento no número de candidatas, número de candidatas, ainda há desafios quanto à efetiva conversão de candidaturas em eleições e, portanto, quanto à representação dessas mulheres nas Câmaras Municipais, especialmente em regiões como o Centro-Oeste e o Norte.

No âmbito da diversidade étnico-racial, verificou-se um aumento relativo do número de candidatos negros em todas as grandes regiões do país, especialmente no Sul. No entanto, a representatividade desses candidatos ainda é inferior à dos candidatos brancos, apontando para a existência de desafios persistentes em relação à equidade racial na política brasileira.

Por sua vez, a análise da variável escolaridade possibilitou constatar uma maior chance de sucesso eleitoral para candidatos com ensino médio ou superior completo, sendo que a proporção de vereadores eleitos com nível educacional mais elevado vem aumentando ao longo das eleições analisadas. Esse resultado aponta para uma tendência de valorização da formação educacional pelos eleitores, influenciando diretamente a composição das câmaras municipais.

Com relação à faixa etária, foi possível observar uma concentração de candidatos e eleitos nos grupos etários de 30 a 60 anos, com um aumento da idade média ao longo das eleições. Apesar disso, a idade média dos eleitos tende a ser inferior à dos candidatos, evidenciando uma renovação relativa nas câmaras municipais, mas ainda com uma predominância de representantes de faixas etárias maiores.

Entende-se que os resultados aqui apresentados podem estar relacionados à configuração do sistema eleitoral brasileiro e às regras de financiamento das candidaturas, o que retrata um cenário

complexo e que não se resume apenas aos instrumentos normativos vigentes. Sugere-se, portanto, a continuidade de estudos que abordem e aprofundem análises acerca do perfil e características de candidatos e eleitos, especialmente a nível local, uma vez que esse é o ponto de conexão mais próximo entre o Poder Legislativo e os cidadãos.

## Referências

- ARQUER, Monize. A volatilidade eleitoral nos municípios brasileiros para o cargo de vereador (2000-2016). *Opinião Pública*, v. 24, p. 670-698, 2018.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa. O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002). São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2006.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; LEINE, Priscila; SABBAG, Gustavo. Partidos e representação na política local: perfil e vínculos político-partidários dos vereadores paulistas. *Colombia Internacional*, v. 91, p. 117-150, 2017.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf).
- BRASIL. Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 29 set. 2009. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm). Acesso em: 24 mar. 2024.
- CERVI, Emerson Urizzi; BORBA, Felipe. Os diretórios partidários municipais e o perfil sociodemográfico dos seus membros. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 28, p. 65-92, jan./abr. 2019.
- CRESPO, Ralph; PEIXOTO, Vitor. ELEIÇÕES SUPLEMENTARES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: OS CASOS NAS ELEIÇÕES DE 2012. *CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 27, 2018.
- FENNER, Vanessa Unfried; SCHEID, Liara Laís; VISENTINI, Monize Sâmara; ROTTA, Edeimar. Fatores associados à transparência pública municipal: um estudo regional no rio grande do sul. *Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 9, p. 683-707, 2019.
- FIGUEIREDO, Marcus Faria. *A decisão do voto-democracia e racionalidade*. Editora UFMG, 2008.
- GELAPE, Lucas de Oliveira. *A geografia do voto em eleições municipais no sistema eleitoral de lista aberta: um estudo a partir de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo*.

- Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados (2024). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE divulga relação da população dos municípios. Rio de Janeiro: Agência IBGE de Notícias, 2023a. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/37758-ibge-divulga-relacao-da-populacao-dos-municipios>. Acesso em 24 mar. 2024.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Rendimento de todas as fontes (2022). Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102000\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102000_informativo.pdf). Acesso em 24 mar. 2024.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. Brasília: IBGE, 2017.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Industrial Anual de Serviços (2021). Rio de Janeiro: IBGE, 2023b.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 2º trimestre (2022). Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 4º trimestre (2023). Rio de Janeiro: IBGE, 2023c.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, Rio de Janeiro, n. 53, 2023.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2022. Brasília: Inep, 2022. Disponível em [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano\\_nacional\\_de\\_educacao/relatorio\\_do\\_quarto\\_ciclo\\_de\\_monitoramento\\_das\\_metas\\_do\\_plano\\_nacional\\_de\\_educacao.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf). Acesso em 24 mar. 2024.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FJP – Fundação João Pinheiro. Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras. Brasília: PNUD: IPEA: FJP, 2016.
- MARTINS, Thais Cavalcante; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. O perfil da elite política local: Uma análise da autopercepção dos vereadores sobre a representação. Revista Eletrônica de Ciência Política, v. 8, n. 2, 2017.
- NASCIMENTO, Pedro. Transparência nos municípios brasileiros: as dimensões porte populacional e região importam? Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 7, n. 2, p. 137-156, 2021.